



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



3

Discurso na sessão inaugural dos trabalhos do Tribunal de Contas da União

17 DE JANEIRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, meu companheiro Marco Maciel; Senhores Embaixadores estrangeiros que se fazem presentes; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Marcos Vilaça; Dona Maria do Carmo; Dona Ruth; Senhores Ministros de Estado; Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhor Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira; Doutor Jatir Batista da Cunha; Senhores Ministros do Tribunal de Contas da União; Altas Autoridades; Senhoras e Senhores;

Quero, logo de início, manifestar a minha grande alegria de estar mais uma vez nesta Casa e de ter ouvido palavras tão encorajadoras, tão fraternas, daqueles que me saudaram e que saudaram o início de mais um período de sessões deste egrégio Tribunal.

Ao olhar aqui em volta, à mesa, o nosso Presidente Marcos Vilaça disse que esta era uma Mesa de nordestinos. E eu olhei em volta e fiquei um pouco assustado. Assustado, não por temê-los, mas por temer a capacidade expressiva deles – o verbo. De fato, tinha razão de estar

assustado, porque, depois, olhei mais atentamente e vi que estava ao lado de acadêmicos.

E, quando o Presidente do Tribunal fez a sua saudação, não pude deixar de meditar: será que eu devo falar, depois de uma peça tão bem elaborada e tão contundente nos seus conceitos, e tão agradável de ser ouvida? E isso prosseguiu pela saudação do meu amigo, Ministro Paulo Affonso, sobre quem sempre digo que, nas ocasiões em que presidi a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, como co-Presidente que fui dela, com Afonso Arinos, com Jarbas Passarinho e outros mais, uma Comissão agitada, bastante difícil de ser presidida -- quase tão difícil quanto o Congresso, que o Presidente Sarney dirige tão bem hoje, e com tanta tranqüilidade; e, sempre, quem está presidindo uma sessão no Congresso tem, ao seu lado, ou atrás, os principais assessores; – todas as vezes em que o Dr. Paulo Affonso, então Secretário-Geral, e era, realmente, o guia de todos nós, estava ao meu lado, eu presidia aquela sessão com uma tranqüilidade extraordinária. Todo mundo pensava que eu entendia muito de regimento, que era muito rápido nas respostas, que sabia tudo de cor. Eu não sabia nada, mas tinha por trás quem sabia. E isso aprendi com o Ulysses Guimarães, que, quando foi presidir o Congresso, a primeira providência que tomou foi manter o Ministro Paulo Affonso ao seu lado. E hoje, aqui, eu felicito o Tribunal por poder contar com pessoas como o Ministro Paulo Affonso.

E, ao agradecer a ele, agradeço a todos os senhores que aqui estão. Muitos somos companheiros de muito tempo, nos conhecemos há muitos anos. Alguns foram companheiros de meu pai, já aposentados hoje. De qualquer maneira, é uma alegria poder estar aqui e vê-los todos reunidos sob a égide do nosso Presidente e num novo período de sessões.

Queria, também, aproveitar esta oportunidade, embora deva falar pouco tempo – me acusam sempre de falar demais –, de lhes dizer que o papel do Tribunal é, neste momento, mais importante do que nunca, pelas razões que já foram aqui expendidas, porque estamos vivendo um processo de mudança, um processo de reformas. E, num processo de

reformas, é preciso que haja sempre pesos e contrapesos, que haja sempre aqueles que estejam olhando de uma perspectiva menos diretamente envolvida no mecanismo das reformas e que estejam preservando a continuidade daquilo que precisa ser preservado – e, ao mesmo tempo, aceitando as mudanças que os novos tempos impõem.

Sou muito vinculado aos ideais que foram mencionados pelo Affonso, de legalidade, de economicidade, de publicidade, até porque fui o autor dessa parte da Constituição, graças ao Eduardo Jorge Caldas, que aqui está e sempre me instigou nesta matéria. Contamos com o apoio, naquele momento, de ilustres constitucionalistas e professores de Direito Administrativo, como o Bandeira de Melo. Tudo o que está na Constituição tocou-nos muito diretamente, e alguns pedacinhos foram redigidos por nós.

Desta visão de uma Administração Pública transparente, que preste contas, os americanos falam uma palavra que se repete sempre: *accountability*. *Accountability* não é só prestar contas. É, realmente, ser responsável, perante a sociedade, por aquilo que se fez. É uma noção fundamental do Direito moderno, do Direito Administrativo moderno e da política moderna. E o Tribunal de Contas é partícipe constitutivo deste processo, parte fundamental.

E aí, se me permitem, já que foi citado Joaquim Nabuco, autor que prezo enormemente – nunca mais voltei a Massangana, mas já fui lá para prestar minha modesta homenagem a Nabuco –, sempre que posso, procuro me inspirar, modestamente, muito longinquoamente, em Joaquim Nabuco. E Joaquim Nabuco dizia, na época em que estava envolvido na campanha abolicionista, que havia um mandato da raça negra e que aqueles que lutavam pela abolição eram depositários desse mandato.

Pois bem, eu diria que todos, hoje, somos depositários de um novo mandato do povo brasileiro, mandato não só das reformas, mas das reformas para aquilo aqui ressaltado, tanto pelo Ministro Paulo Affonso como pelo Dr. Jatir Batista, ou seja, reforma para permitir que haja melhores condições para o conjunto da população e dentro de uma

visão democrática, que no seu discurso, repito, brilhante, Dr. Marcos Vilaça aqui salientou com muita propriedade.

Esse é o nosso desafio. Temos essa responsabilidade. Não estamos fazendo reformas porque tenhamos um gosto abstrato pelas reformas, mas porque chegou o momento em que o Brasil precisa modificar suas estruturas, para melhor servir ao seu povo. E modificar estruturas não significa destruir estruturas.

Alguma vez, visitando uma instituição brasileira, física, um prédio novo – era um hospital – mostraram-me o prédio antigo. E o prédio antigo estava mantido para ser o CTI, o Centro de Tratamento Intensivo. Isso me entusiasmou, porque o verdadeiro sinal do desenvolvimento não é apenas construir o novo, é manter o antigo, mesmo que o transformem. Não é só a destruição, é também a manutenção em condições de utilização.

Neste momento de reforma, temos que fazer as duas coisas: criar estruturas novas e manter em condições de atividade perfeita aquelas instituições que são vitais, que provaram ter sentido, na trajetória da civilização brasileira. Podemos até dizer, no caso do Brasil, que de alguma forma tivemos a sorte – num dado momento não foi assim percebida – de herdar instituições que vieram da Europa, da Europa imperial, com a vinda da Corte de D. João VI para o Brasil, e que, na verdade, se enraizaram aqui.

Recentemente, fui visitado – e isso muito me honrou – pelo Presidente da Academia Nacional de Medicina, acompanhado do Ministro Jatene e de alguns outros médicos, que pertencem a essa Academia. E me convidaram para ir a uma sessão, porque, segundo eles, pela tradição, o Presidente da República é o Presidente de Honra da Academia Nacional de Medicina. Essa Academia foi fundada em 1829. Quer dizer, um país com instituições que são mantidas, se preservam e conservam o seu sentido simbólico séculos afora tem uma cultura e uma civilização que já estão enraizadas.

É diante desse país que nós temos a nossa responsabilidade. Portanto, não se trata de agarrarmos a primeira idéia que ocorre e achar que, porque ela apareceu, porque é nova, é boa. Temos que fazer um balanço

desta matéria e entender a transformação, no seu aspecto de mudança e de continuidade.

Os Tribunais são fundamentais nesse processo. São fundamentais porque permitem um outro tipo de controle da sociedade, para verificar até que ponto aquilo que se inova corresponde, efetivamente, ao interesse mais profundo da Nação, ou se foi simplesmente um modismo.

E vamos ter que inovar muito. No aspecto direto da Administração – vários Ministros estão aqui presentes e sabem disso –, não se trata apenas de aprovar no Congresso uma medida, não se trata apenas de uma reforma da Constituição. É uma reconstrução do Estado, e, muitas vezes, cultural, da mentalidade daqueles que vão tomar decisões dentro do Estado.

Esse aspecto da reforma do Estado aparece menos visivelmente pelos atos espetaculares que se possa tomar – um decreto, ou mesmo um projeto de emenda constitucional, ou uma votação expressiva –, mas é fundamental essa modificação das práticas do Estado brasileiro, a reorganização das instituições estatais, de tal modo que elas possam corresponder ao momento atual. E disse-o bem, aqui, quem mencionou – e vários mencionaram – que a oposição com que temos de lidar não é hegeliana, não é oposição entre o Estado e o mercado; não se trata de oposição em que seja ou um ou outro. Aqui, o novo, o emergente é o social, é a sociedade, é o modo pelo qual a sociedade crescentemente, de alguma forma, penetra nas estruturas, tanto estatais quanto de mercado.

Não digo nenhuma novidade. Basta ler o famoso livro do Galbraith, escrito há tantos anos, sobre interesse público, para ter-se essa visão democrática de um pensador americano – aliás, nascido no Canadá, e eu sou paulista nascido no Rio –, essa percepção muito clara de que emergia o interesse público, e que esse interesse público não se podia resumir simplesmente ao mercado substituir o Estado, nem ao Estado substituir o mercado.

Esse é o nosso desafio: de que maneira fazer com que as instituições públicas respondam não só ao Estado – que deve permanecer existindo, naturalmente, com a sua eficiência, com a sua capacidade, até simbólica, de levar adiante o processo de transformação nacional e conduzir as

decisões nacionais. Mas também essas instituições públicas não devem nem se esgotar no seu relacionamento com o Estado nem, simplesmente, serem subsumidas no interesse do puro mercado. É outra realidade.

Essa é a realidade que estamos enfrentando, no Brasil, hoje, e que custa a perceber, muitas vezes, porque a oposição fica uma oposição binária, repito, sem a síntese, porque não tem a passagem dialética possível entre uma oposição que ou bem é o mercado, ou bem é o Estado. Um é socialista, autoritário, e o outro é, como dizem hoje em dia, neoliberal... Ilusões. Nem uma coisa nem outra. Estamos vivendo num mundo em que esses conceitos não esgotam o complexo da realidade deste país.

E é com esse espírito que estamos, nós todos, reconstruindo algumas instituições brasileiras e assumindo esse mandato – repetindo Nabuco – que o povo nos legou. Esse espírito requer convergência, e eu a prezo muito.

Estou aqui, com muita honra, neste Tribunal, porque acho que a relação entre o Executivo e este Tribunal deve ser – como aqui já foi dito e repetido – de mútuo respeito; em que não há subordinação, mas há a convergência de interesse civilizatório, de interesse solidário, de que as coisas caminhem bem, para o bem do País.

Talvez um dos aspectos mais interessantes do processo político brasileiro atual seja o fato de que tenhamos sido capazes de fazer com que forças que no passado divergiram convergissem, em benefício não de cada uma delas, mas de um interesse maior. E o equilíbrio que hoje existe, da relação que se estabeleceu entre o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e o Presidente da República, é essencial – eu repito –, é essencial para que possamos ter um processo de transformação constitucional, político, etc., com o fortalecimento das instituições. É a mudança que não destrói as instituições, mudança que permite que elas se revigorem, se fortaleçam e não sejam percebidas, nem sejam, mesmo, um anteparo às reformas. Mas as reformas não podem ser pensadas, também, como já foi aqui mencionado, pura e simplesmente como algo que ou devia ser execrado, ou devia ser homenageado, sem que se examine o conjunto de suas consequências e sem que haja essa

permanente busca de um equilíbrio entre as várias partes que compõem o sistema estatal, o sistema político, o sistema público, o sistema social brasileiro.

Assim que assumi a Presidência da República, quando foi eleito o novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, fui àquela Corte. Havia certa dúvida se, protocolarmente, o Presidente da República pode ou não estar presente, fisicamente, noutro Poder da República. Remonta aos exageros do Império, de arbítrio, à tentativa republicana de fazer com que cada um se encastelasse no seu próprio espaço de poder. Mas nós chegamos a um outro momento da História em que já não há essa desconfiança recíproca, já não há o temor de que a espada – seja ela usada pelo Presidente ou por força própria – impeça de funcionar a instituição democrática, a instituição congressional; assim como nunca houve a expectativa oposta, de que o Congresso pudesse barrar, sem razão substantiva, a ação da instituição estatal.

E o mesmo vale para as instituições judiciárias. Hoje nós vivemos um momento de convergência; não de submissão, mas de compreensão, absolutamente cristalina e clara, do papel de cada uma dessas partes que compõem o todo coletivo, compreensão do seu papel, da sua responsabilidade; e a possibilidade de uma convivência civilizada e que permita, efetivamente, que o País aproveite desse momento de busca de objetivos comuns.

Agradeço profundamente esta oportunidade de termos estado aqui esta manhã. Os senhores sabem, quando fui Ministro do Exterior vim a este Tribunal, passei algumas horas aqui, com o maior gosto, para mim, conversando sobre aspectos pertinentes à pasta que então dirigia. E, dito o que eu já disse, podem ter certeza de que o Presidente da República se sentirá muito honrado todas as vezes que for possível nós estarmos juntos, prestando esclarecimentos – eu, que os devo ao Tribunal – quando forem devidos, todos sabendo que isso não será feito senão como um gesto de respeito ao Tribunal e de maneira nenhuma como um gesto que pudesse evitar aqueles princípios fundamentais – e são fundamentais mesmo – de manutenção da transparência da Administração Pública.

Por fim, e por fim mesmo, já que o nosso Dr. Jatir Batista da Cunha fez menção a um sociólogo que ficou aprendiz de economista – não sei se ele é feiticeiro (*risos*) – eu queria terminar não à moda formal, latina, mas à moda anglo-saxônica, em que os discursos permitem sempre um pouco de humor, repetindo o que ouvi do Presidente da Alemanha, o Sr. Herzog. Ele, saudando-me, disse a respeito do Real, da moeda nova, que ficou surpreso, e é a melhor testemunha do êxito do Real, quando viu publicado num jornal da Alemanha o fato de que havia alemães falsificando Real. Na Alemanha. Acho que isso mostra bem que, efetivamente, esse símbolo é muito forte, tão forte que alguns até, ilegitimamente, quiseram apossar-se dele. Mas nós não vamos deixar, não. Esse símbolo vai continuar sendo uma manifestação muito forte do povo brasileiro, de que ele percebeu que a estabilidade da economia é fator fundamental para o bem-estar social, que é o que nós todos desejamos.

Muito obrigado, mais uma vez.